

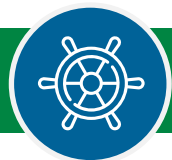
RELATÓRIO FISCAL *2022*





ÍNDICE

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES PAGOS NO BRASIL	5
3- TRIBUTOS PRÓPRIOS	7
4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS	9
5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIOS	11
6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGAS	13
7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO	14
8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS	18
9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR	19
10 - TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL	26
11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR	27
12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS	28
13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA	30
14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA	31
GLOSSÁRIO	32



1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

Em 2022, a Petrobras atingiu recorde de contribuição tributária anual, recolhendo o total de R\$ 279 bilhões sob forma de tributos e Participações Governamentais (PGOV) no Brasil e US\$ 134 milhões pagos no exterior. Além da quantia paga aos cofres públicos, destacam-se os R\$ 194 bilhões distribuídos sob forma de dividendos e juros sobre capital próprio, segundo a ótica de regime de caixa, que corroboram, ainda mais, a nossa relevante contribuição para a sociedade ao gerarmos riqueza com sustentabilidade, eficiência, segurança e responsabilidade.

Em virtude dos vultosos pagamentos de tributos em que nossas operações estão inseridas e do nosso inegociável compromisso com a transparência, fomos a primeira empresa brasileira listada na B3 a elaborar e divulgar um demonstrativo de tributos pagos voluntariamente, sendo essa a quarta edição anual do referido relatório, que conta com versões mais sucintas a cada trimestre. Tal demonstrativo traz a público não só o detalhamento dos tributos e PGOV pagos, mas também o contexto de tributação em que a companhia está inserida e o impacto dos tributos na formação de preço dos combustíveis.

Cabe destacar que, nos últimos cinco anos, a Petrobras já recolheu mais de R\$ 1 trilhão em tributos e Participações Governamentais em favor das três esferas de governo. Essa expressiva contribuição aos cofres públicos

se deve aos sólidos resultados operacionais e financeiros obtidos, que resultam em maior pagamento de tributos e viabilizam a distribuição de dividendos, proporcionando maior orçamento governamental para a execução de políticas públicas que atendam a sociedade.

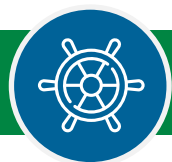
Devido à relevância da Petrobras em seu contexto de atuação e a sua constante observância às legislações vigentes, fomos eleitos como um dos representantes do segmento de Óleo e Gás do programa de conformidade cooperativa fiscal instituído pela Receita Federal do Brasil, denominado Confia. O objetivo do programa é aprimorar a relação entre fisco e contribuinte, trazendo maior segurança jurídica ao processo tributário. Somos, também, certificados no programa Operador Econômico Autorizado pela Receita Federal e detentores de diversas premiações relacionadas à transparência e à qualidade técnica das nossas demonstrações financeiras, que guardamos com orgulho e seriedade. Conduzir nossa gestão tributária pautada em ética, integridade, transparência, eficiência e responsabilidade social é princípio basilar de nossa política tributária e esse reconhecimento é evidenciado pelas certificações que conquistamos.

Em 26 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a Política Tributária aplicável à companhia e

suas participações societárias. “A Política reitera o compromisso da Petrobras em assegurar que a gestão tributária, que abrange os tributos e as participações governamentais, esteja aderente à legislação em vigor, no Brasil e nos países onde a companhia atua. Além disso, a Política reforça o princípio de que a condução da gestão tributária é pautada na ética, integridade, transparência, eficiência e responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Brasil e dos países onde a Petrobras atua”, segundo Rodrigo Araujo, Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores da Petrobras.

A Política tem como diretriz o cumprimento da legislação tributária do Brasil e dos países onde a Petrobras atua, definindo a estratégia da companhia com base na interpretação técnica das normas, padrões e processos, alinhados com o Propósito Negocial e com a Gestão de Risco Tributário. A Petrobras assume o compromisso de não possuir participações societárias em jurisdições reconhecidas como de tributação favorecida, bem como observar as regras de Preço de Transferência previstas no Brasil e nos países em que atua, em relação a todas as transações com partes relacionadas, ou não relacionadas, quando assim exigido pela Lei.

Assim, mantendo o compromisso firmado com os nossos *stakeholders* e a sociedade,



1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

explicitaremos a contribuição tributária da Petrobras, detalhando os valores pagos no Brasil e no exterior sob forma de tributos e Participações Governamentais no ano de 2022, segundo a visão de regime de caixa. Dessa forma, todos os valores apresentados nesse demonstrativo representam a efetiva saída de recursos do caixa da companhia para o cumprimento da obrigação fiscal.

R\$ 279
bilhões

em Tributos + PGOV pagos no Brasil

US\$ 134
milhões

em Tributos Pagos no Exterior

R\$ 194
bilhões

distribuídos em forma de proventos



“Honrados pelos excepcionais resultados atingidos em 2022, apresentamos mais uma versão de nosso relatório fiscal, evidenciando a relevância dos nossos pagamentos de tributos e participações governamentais, que estão intrinsicamente relacionados com o nosso resultado operacional. Uma Petrobras saudável, sólida e resiliente é capaz de investir, gerar empregos, pagar tributos e retornar valor para a sociedade e seus acionistas com eficiência e sustentabilidade.”

Rodrigo Araujo Alves

Diretor Financeiro e de Relacionamento
com Investidores (CFO)





2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

Os recolhimentos realizados pela Petrobras, conforme demonstrado neste relatório fiscal, abrangem:

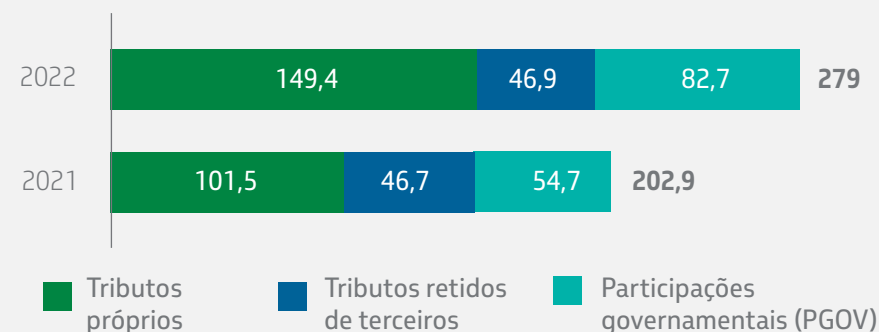
(i) os tributos próprios, oriundos das operações da Petrobras, apurados e recolhidos pela própria companhia, ou devidos por ela, mas retidos por terceiros;

(ii) os tributos retidos de terceiros pela Petrobras, na condição de substituta tributária. A Petrobras retém tributos nas suas operações comerciais com clientes e fornecedores, conforme definido na legislação tributária.

A técnica da substituição tributária, amplamente difundida no Sistema Tributário Nacional, busca promover uma concentração da arrecadação em poucos agentes econômicos, para com isso facilitar o recolhimento e a fiscalização dos tributos. A substituição tributária (ST) é aplicada para os tributos retidos nas compras de bens e serviços dos nossos fornecedores, bem como nas vendas de combustíveis, onde as refinarias são responsáveis pelo recolhimento dos tributos de toda a cadeia de comercialização.

Registramos um aumento de 37,5% na arrecadação total de 2022, se comparada à do ano de 2021, sendo esse aumento impulsionado, principalmente, pelo pagamento de Imposto de Renda, Contribuição Social e

COMPARATIVO DE RECOLHIMENTOS TOTAIS NO BRASIL (R\$ Bilhões)



Participações Governamentais. Do total pago pela Petrobras aos cofres públicos, R\$ 149,4 bilhões correspondem a tributos próprios de suas operações; R\$ 82,7 bilhões, a participações Governamentais (majoritariamente, *royalties* e Participação Especial) e R\$ 46,9 bilhões, a tributos retidos de terceiros, uma vez que a companhia possui o dever legal de recolhimento por toda a cadeia, na figura de responsável ou substituta tributária.

A respeito dos tributos próprios das nossas operações, cabe destacar que a companhia recolheu o total de R\$ 58,2 bilhões em Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), havendo um aumento de R\$ 47,9 bilhões quando comparado com o ano anterior. Tal acréscimo está relacionado,

principalmente, com o melhor resultado operacional obtido pela companhia.

No que tange às Participações Governamentais, os principais fatores que contribuíram para o expressivo aumento no pagamento de *royalties* e participação especial foram a apreciação no preço das commodities, combinado com a conclusão do período de transição gradual do critério anterior de apuração do preço de referência, baseado na Portaria ANP 206/1998, para o critério definido na Resolução ANP 703/2017. Maiores detalhes sobre PGOV podem ser obtidos nos capítulos específicos para o tema, onde são detalhados os valores pagos, regimes regulatórios e forma de cálculo.



2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

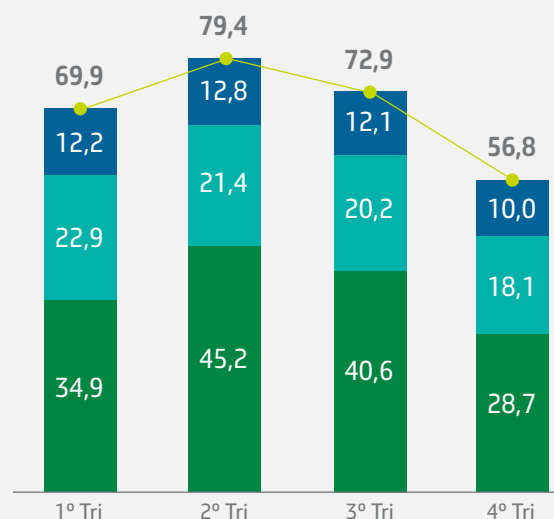
12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

RECOLHIMENTO TRIMESTRAL EM 2022 (R\$ Bilhões)



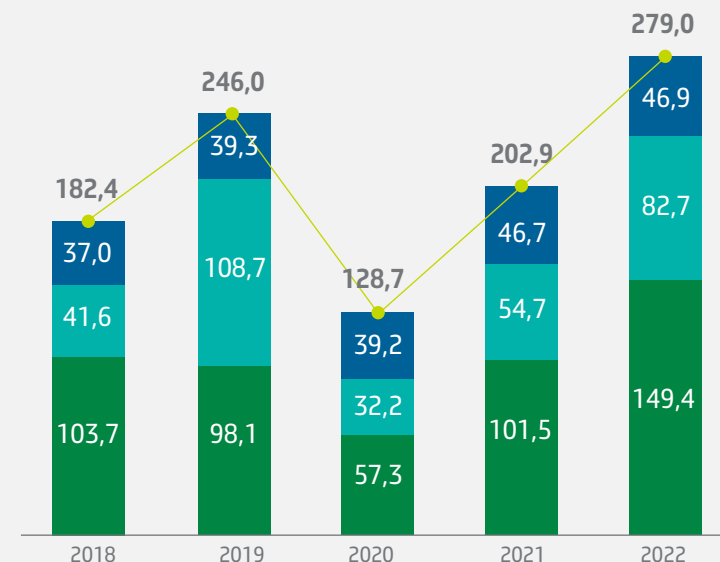
Tributos próprios

Participações governamentais (PGOV)

Tributos retidos de terceiros

Total

HISTÓRICO DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS (R\$ Bilhões)



Cabe destacar que em 2019 houve um pagamento não recorrente de Participações Governamentais, referente a Bônus de Assinatura, no montante de R\$ 68,6 bilhões, em razão do leilão do excedente de cessão onerosa em Búzios (R\$ 61,4 bilhões) e Itapu (R\$ 1,7 bilhão), além dos bônus da 6ª Rodada de Partilha de Produção e da 16ª Rodada de Concessão (R\$ 5,5 bilhões).



3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

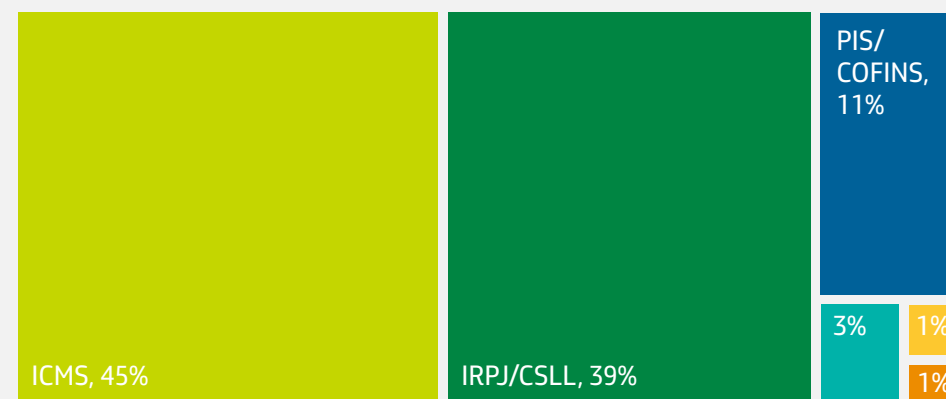
- 1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
 - 2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL
 - 3- TRIBUTOS PRÓPRIOS
 - 4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS
 - 5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO
 - 6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA
 - 7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO
 - 8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS
 - 9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR
 - 10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL
 - 11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR
 - 12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS
 - 13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA
 - 14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA
- GLOSSÁRIO

A Petrobras recolheu o total de R\$ 149,4 bilhões aos cofres públicos sob forma de tributos próprios das suas operações no ano de 2022. Essa contribuição representa um aumento de 47% no recolhimento dessa natureza, se comparado ao do ano de 2021. Em destaque, ficam os recolhimentos de ICMS, no valor de R\$ 67,9 bilhões, de IRPJ/CSLL, no valor total de R\$ 58,2 bilhões, e do PIS/Cofins, no valor de R\$ 16,7 bilhões. Essas três rubricas representaram 96% dos tributos próprios pagos pela companhia em 2022.

TRIBUTOS PRÓPRIOS PAGOS (R\$ Bilhões)

ICMS	67,93
IRPJ/CSLL	58,24
PIS/COFINS	16,71
Contribuições previdenciárias	3,79
Outros impostos e contribuições	1,51
CIDE	1,22
TOTAL GERAL	149,4

DISTRIBUIÇÃO DOS TRIBUTOS PRÓPRIOS PAGOS



A respeito dos tributos próprios das nossas operações, cabe destacar que a companhia recolheu o total de R\$ 58,2 bilhões em Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), havendo um aumento de R\$ 47,8 bilhões quando comparado com o ano anterior. Tal acréscimo está relacionado, principalmente, com o melhor resultado obtido pela companhia, que acresceu o lucro tributável em aproximadamente 87%.

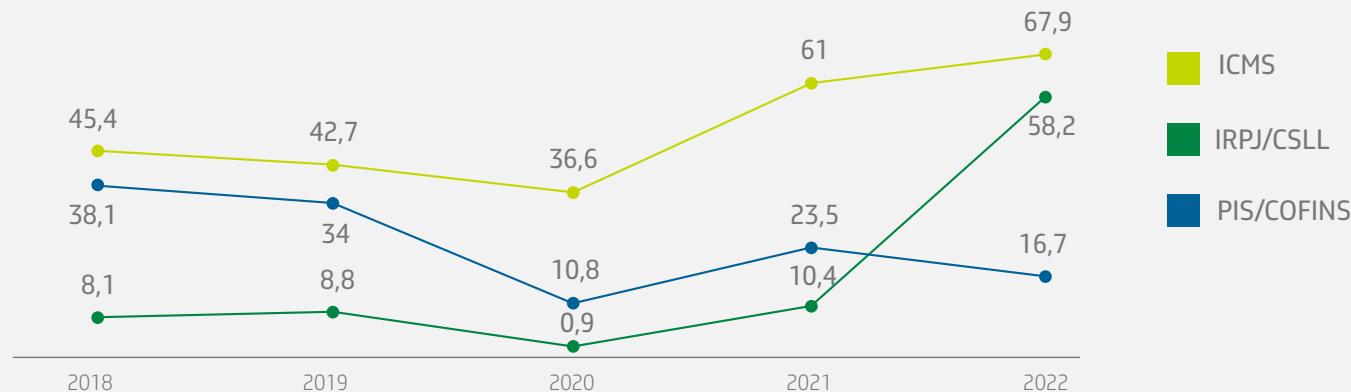
O maior volume de petróleo vendido no mercado interno, combinado a um patamar mais elevado no preço do barril de petróleo praticado no mercado internacional foram os principais fatores que viabilizaram este incremento no lucro bruto.



3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

- 1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
- 2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL
- 3- TRIBUTOS PRÓPRIOS
- 4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS
- 5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO
- 6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA
- 7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO
- 8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS
- 9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR
- 10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL
- 11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR
- 12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS
- 13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA
- 14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA
- GLOSSÁRIO

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS TRÊS PRINCIPAIS RUBRICAS DE TRIBUTOS PRÓPRIOS



É possível observar uma forte crescente no pagamento de ICMS e IRPJ/CSLL aos cofres públicos nos últimos dois anos. Em contrapartida, houve um decréscimo de 29% na arrecadação de PIS/Cofins em 2022, se comparada à do ano de 2021. Essa redução se deu em virtude da desoneração desses tributos federais sobre os produtos monofásicos, visto que, a partir de março de 2022, foram zeradas as alíquotas desses tributos para diesel, GLP e QAV, conforme Lei Complementar 192/2022. Para a gasolina, as alíquotas foram zeradas a partir de junho de 2022, conforme Lei Complementar 194/2022.

2021



R\$ 560.435
MILHÕES DE RECEITA BRUTA



R\$ 27,8%
DE ALÍQUOTA EFETIVA DE IRPJ E CSLL

2022



R\$ 713.984
MILHÕES DE RECEITA BRUTA



R\$ 30,5%
DE ALÍQUOTA EFETIVA DE IRPJ E CSLL

1- Valores apresentados em regime de competência



4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

- 1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
 - 2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL
 - 3- TRIBUTOS PRÓPRIOS
 - 4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS
 - 5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO
 - 6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA
 - 7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO
 - 8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS
 - 9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR
 - 10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL
 - 11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR
 - 12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS
 - 13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA
 - 14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA
- GLOSSÁRIO

A atuação da Petrobras se estende por todo o território nacional e colabora de forma significativa para a arrecadação de tributos nas três esferas de governo. Parte relevante dos tributos recolhidos aos cofres públicos pela Petrobras é oriunda da retenção tributária que fazemos, por força de lei. A substituição tributária é o mecanismo para concentrar a arrecadação em contribuintes estratégicos, facilitando a fiscalização no que tange ao recolhimento de tributos.

As alíquotas são concentradas na indústria, que recolhe por toda a cadeia subsequente. Desta forma, a substituição tributária facilita a fiscalização dos órgãos de controle e gera maior eficiência na arrecadação dos tributos, conferindo condições mais equânimes de concorrência no mercado, inibindo a possibilidade de evasão fiscal. Além disso, a substituição tributária, por vezes, antecipa a arrecadação ao fisco, que recebe os valores totais recolhidos pelo substituto tributário responsável.

Na esfera estadual, a substituição do ICMS é regulamentada pelo Convênio Confaz 110/2007, que estabelece os procedimentos para o controle, apuração, repasse, dedução, ressarcimento e complemento do imposto nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo. Nos termos do citado convênio, as refinarias e os importadores são responsáveis pelo recolhimento do ICMS em todos os estados

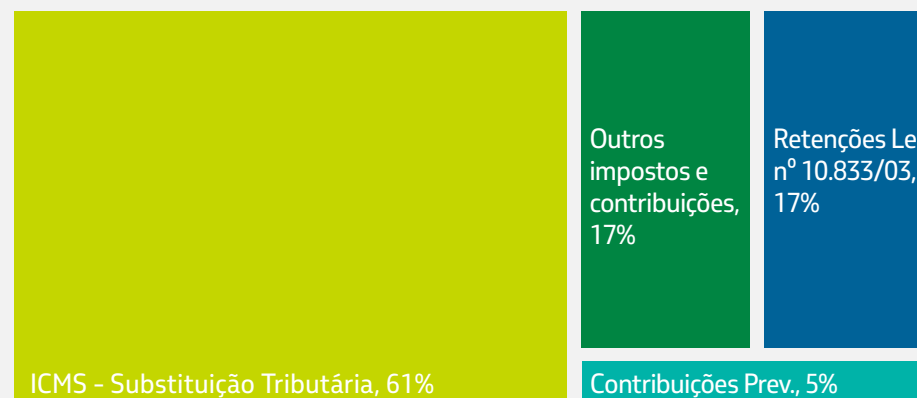
onde ocorrer o consumo do combustível por eles comercializado.

Na legislação federal, a Lei nº 10.833/2003 atribui às sociedades de economia mista a responsabilidade pela retenção de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e COFINS nos pagamentos efetuados. O recolhimento de PIS, COFINS e CIDE de toda a cadeia de comercialização de óleo diesel, gasolina, GLP (gás liquefeito de petróleo) e QAV (querosene de aviação) é centralizado no produtor e no importador, na figura de substitutos tributários.

TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS (R\$ Bilhões)

ICMS - Substituição tributária	28,6
Outros impostos e contribuições	8,0
Retenções Lei N° 10.833/03	7,8
Contribuições previdenciárias	2,5
TOTAL GERAL	46,9

DISTRIBUIÇÃO DOS TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS





4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

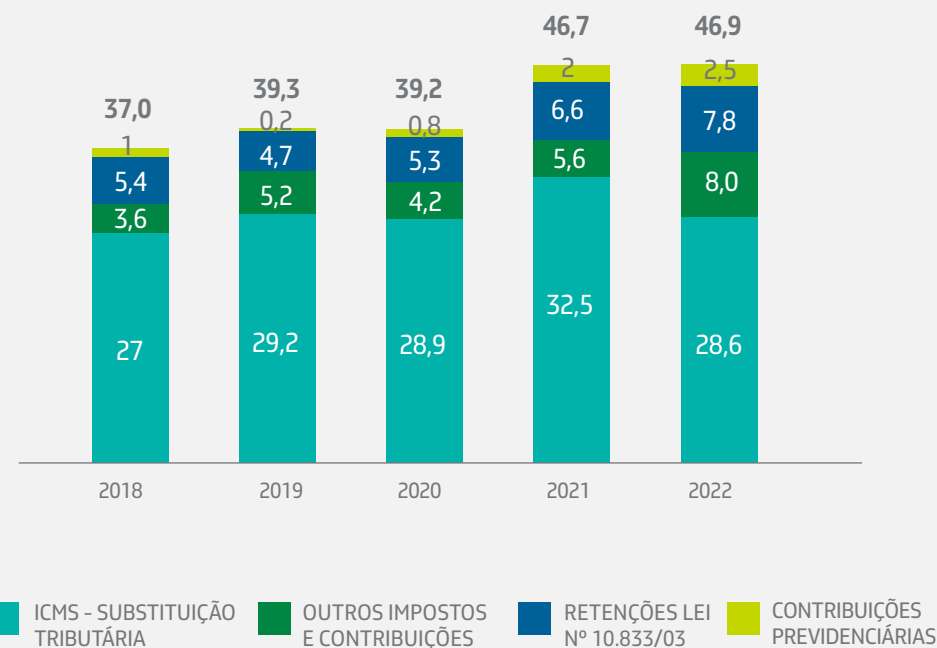
- 1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
 - 2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL
 - 3- TRIBUTOS PRÓPRIOS
 - 4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS
 - 5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO
 - 6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA
 - 7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO
 - 8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS
 - 9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR
 - 10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL
 - 11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR
 - 12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS
 - 13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA
 - 14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA
- GLOSSÁRIO

Na esfera municipal, grande parte dos municípios atribui a responsabilidade à Petrobras pela retenção e recolhimento do ISS incidente nos diversos serviços contratados pela companhia. Em 2022, realizamos o pagamento de ISS para 255 municípios distribuídos em 24 Unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal.

Realizar o controle, cálculo e retenção dos tributos de terceiros nos exige um robusto processo tributário, combinado a um sistema de gerenciamento eficiente e bem parametrizado, além de um corpo técnico altamente qualificado. Em 2022, os tributos retidos de terceiros representaram 17% do valor total pago aos cofres públicos pela Petrobras na forma de tributos e participações governamentais.

A rubrica de "Outros impostos e Contribuições" é o somatório de imposto de renda retido na fonte de terceiros (IRRF), imposto de renda sobre a folha de pagamento e imposto sobre serviços na condição de substituto tributário (ISS-ST).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS (R\$ Bilhões)





5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIOS

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

As participações governamentais são compensações financeiras pagas pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro à ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível), que distribui o valor arrecadado para os beneficiários definidos na legislação. As participações governamentais são compostas por *royalties*, participações especiais, bônus de assinatura e pagamentos pela ocupação ou retenção de áreas, e seu objetivo é efetuar uma retribuição pecuniária à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis.

Os *royalties* constituem compensação financeira devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em razão da exploração desses recursos. São recolhidos mensalmente, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a um percentual da produção de petróleo ou gás natural definido pela legislação e/ou pelo regime contratual, e aplicados os respectivos preços de referência, em observâncias das normas definidas pela ANP.

As participações especiais são compensações financeiras extraordinárias devidas pelos concessionários em razão da exploração e produção de petróleo e de gás natural em campos de grande volume de produção ou

de grande rentabilidade. Para efeito de aplicação dessas participações serão aplicadas alíquotas progressivas, de zero a 40%, sobre a receita líquida da produção do campo no período-base, de acordo com a sua localização, com o número de anos de produção e os respectivos volumes de produção fiscalizada de petróleo e de gás natural.

Abaixo, descrevemos como funcionam as participações governamentais em cada um dos diferentes regimes de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos com os quais lidamos:

REGIMES REGULATÓRIOS:

REGIME DE CONCESSÃO

- Contratação por processo licitatório;
- União cede às empresas vencedoras o direito de exploração;
- Produção pertence ao concessionário.

CESSÃO ONEROSA

- Contratação direta da Petrobras para a produção;
- Direito de produzir até 5 bilhões de barris de óleo equivalente;

PARTILHA DE PRODUÇÃO

- Regime específico para áreas do pré-sal e outras consideradas estratégicas;
- Contratação por licitação, onde as empresas vencedoras formam um consórcio com a

Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA), representante da União;

- Vence a maior oferta de excedente em óleo para a União;
- Produção partilhada entre o Estado e o consórcio contratado, sendo a parcela de cada um calculada descontando-se os *royalties* devidos e todos os gastos de investimentos e operacionais (“custo em óleo”);

TIPOS DE PGOV:

Em cada um dos regimes regulatórios, as participações governamentais são diferentes em alguns aspectos, conforme segue:

ROYALTIES

Compensação financeira pela produção de petróleo e de gás natural calculada sobre a produção do campo.

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

Compensação financeira extraordinária calculada sobre a receita líquida dos campos com grande volume de produção ou de grande rentabilidade.

BÔNUS DE ASSINATURA

Montante pago pelo licitante vencedor na assinatura do contrato, podendo ser pré-definido ou ofertado.






PAGAMENTO PELA RETENÇÃO OU OCUPAÇÃO DE ÁREA

Recolhimento anual, fixado por quilômetro quadrado ou fração da superfície do bloco.

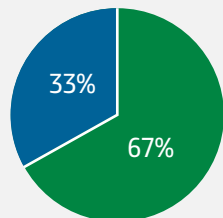


5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIOS

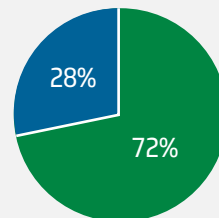
- 1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
- 2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL
- 3- TRIBUTOS PRÓPRIOS
- 4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS
- 5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO
- 6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA
- 7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO
- 8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS
- 9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR
- 10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL
- 11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR
- 12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS
- 13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA
- 14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA
- GLOSSÁRIO

 PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL	 PERIODICIDADE	 CONCESSÃO	 PARTILHA	 CESSÃO ONEROSA
Royalties	Mensal	10% sobre a Receita Bruta do campo, podendo ser reduzido até 5%	15% sobre a Receita Bruta do campo	10% sobre a Receita Bruta do campo
Participação especial	Trimestral	Alíquotas de 0 a 40% (nominal) sobre a receita líquida dos campos com grande produção	Não há	Não há
Bônus de assinatura	Na assinatura do contrato	Valor ofertado pelas empresas na licitação	Valor pré-definido	Não há
Retenção de área	Anual	Valor por Km ² definido no edital e no contrato de concessão (atualizado pelo IGP DI)	Não há	Não há

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL



ROYALTIES



Dados obtidos pelo site da Agência Nacional do Petróleo para elaboração dos comparativos. As participações Governamentais são pagas à ANP, que distribui os valores aos estados e municípios, além de fundos específicos determinados em lei. Para calcular a participação da Petrobras no todo, dividiu-se o total pago pela Petrobras no ano de 2022 pelo total distribuído pela ANP, respeitando o regime de caixa como premissa para composição dos valores.

 Representatividade da Petrobras na distribuição feita pela ANP em 2022



6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGAS

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

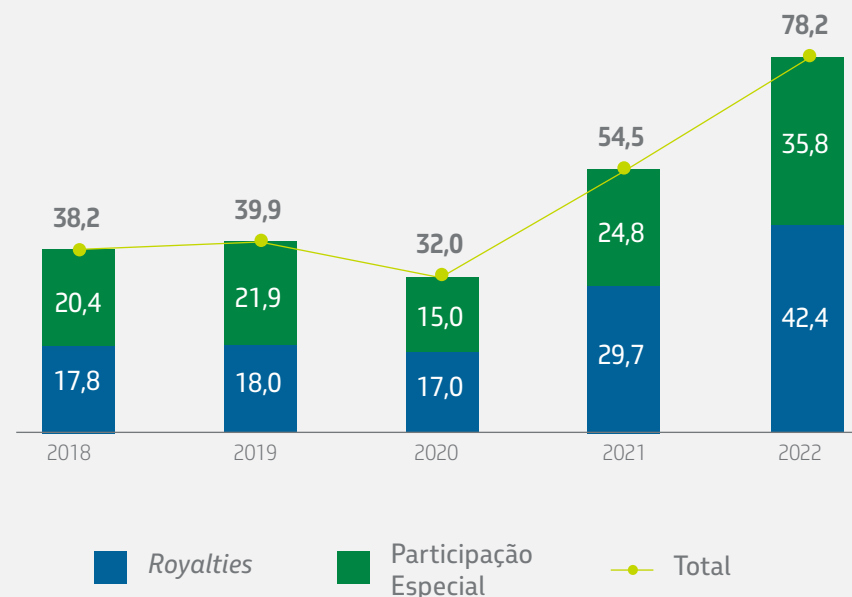
GLOSSÁRIO

Em 2022, foi recolhido a título de participações governamentais (PGOV) o total de R\$ 82,7 bilhões, representando um aumento de 51% se comparado com o ano anterior. Os valores de PGOV pagos são formados, majoritariamente, por *royalties* (R\$ 42,4 bilhões) e participação especial (R\$ 35,8 bilhões). Além destas duas rubricas recorrentes, houve também o pagamento não recorrente de R\$ 4,2 bilhões em bônus de assinatura, referente à aquisição dos volumes excedentes da cessão onerosa de Sêpia (30%) e de Atapu (52,5%) por R\$ 2,1 bilhões cada, além de R\$ 246 milhões pagos pela ocupação ou retenção de área.

Os preços de referência do petróleo e do gás natural para fins de pagamento das participações governamentais são definidos segundo as normas da Agência Nacional do Petróleo, e considerando as legislações federais específicas.

O expressivo salto no recolhimento de PGOV está relacionado aos relevantes aumentos nos preços do petróleo e gás natural, em torno de 35,01% e 38,45%, respectivamente, fruto da disparada do Brent em 46,41% e do Henry Hub em 62,79%. Além disso, a partir de janeiro de 2022, conforme regra de transição prevista na Resolução ANP nº 703/2017, a nova fórmula para o cálculo dos preços do petróleo passou a ter peso de 100% na formação do preço de referência, comparado aos 80% aplicados em 2021.

EVOLUÇÃO DOS ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL (R\$ Bilhões)



A produção de óleo e gás em 2022 foi de 2.684 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), alcançando a meta estabelecida para o ano. Os principais fatores que resultaram nesse desempenho operacional foram:

i) entrada em operação do FPSO Guanabara (campo de Mero) e da P-71 (campo de Itapu);

ii) continuidade dos *ramp-ups* da P-68 (campos de Berbigão e Sururu), FPSO Carioca (campo de Sêpia) e FPSO Guanabara, todos localizados no pré-sal da Bacia de Santos;

iii) entrada em produção de novos poços da Bacia de Campos.



7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

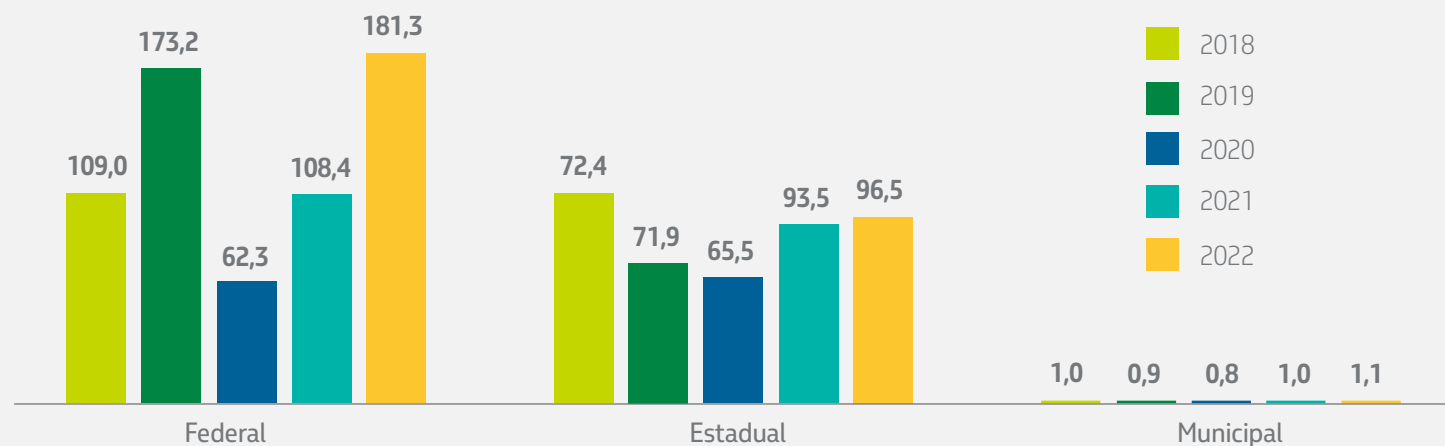
GLOSSÁRIO

No âmbito do Sistema Tributário Nacional, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem competência para instituir os tributos autorizados pela Constituição Federal (CF/88). Além disso, eles podem legislar, fiscalizar e exigir diversas obrigações tributárias (principal e acessórias), as quais demandam relevantes esforços, recursos humanos e sistêmicos, por parte dos contribuintes para o adimplemento das obrigações dentro do prazo legal.

Outro efeito derivado da representatividade da Petrobras na arrecadação de tributos no Brasil é a sua exposição à fiscalização constante por todos os níveis de governo, o que impõe uma forte e rotineira auditoria fiscal de acompanhamento, por meio de delegacias especializadas para relacionamento com grandes contribuintes, que demanda a constituição de processos contábeis e tributários robustos, bem como um corpo técnico altamente capacitado para enfrentamento dos desafios diários decorrentes de cerca de 3500 novas legislações publicadas por ano com impacto nas operações da Companhia.

Os R\$ 279 bilhões pagos em 2022, quando segregados por esfera de governo, evidenciam o grande incremento de recolhimentos no âmbito Federal. Houve um acréscimo de 67% em pagamentos à União quando comparado ao ano de 2021, impulsionados principalmente por IR/CSLL, *Royalties* e Participação Especial.

TRIBUTOS PAGOS POR ESFERA (R\$ Bilhões)



Recorda-se que em 2019 houve um pagamento não recorrente de Bônus de Assinatura (PGOV), no montante de R\$ 68,6 bilhões.



7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

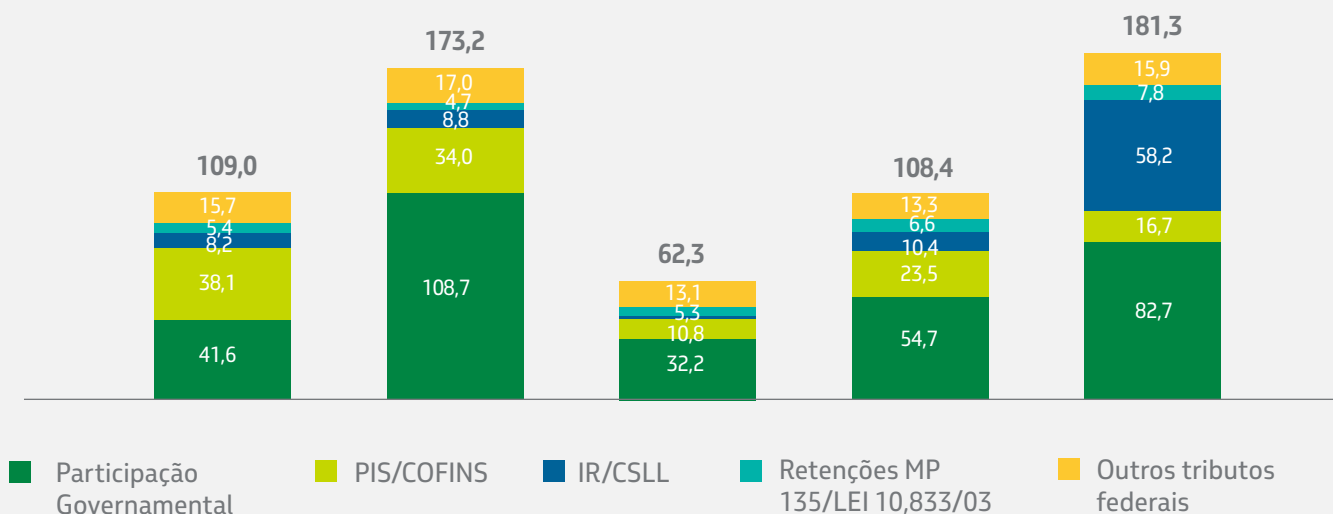
14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

COMPOSIÇÃO DOS TRIBUTOS FEDERAIS (R\$ Bilhões)

No que tange ao recolhimento à esfera Federal, fora verificado um aumento de 67% se comparado ao ano de 2021, impulsionado principalmente por Participações Governamentais (Royalties e participação Especial) e impostos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). Nos últimos 5 anos, foram pagos R\$634,3 bilhões em forma de tributos e participações governamentais à União.

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS À ESFERA FEDERAL (R\$ Bilhões)



COMPOSIÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS (R\$ Bilhões)

No que tange ao recolhimento de tributos estaduais, fora verificado um aumento de 11% em ICMS próprio, se comparado com o ano de 2021, e um decréscimo de 12% no recolhimento de ICMS-ST. O aumento nos preços dos combustíveis no primeiro semestre de 2022 contribuiu diretamente para o acréscimo do ICMS próprio pago. Conseqüentemente, houve uma redução do ICMS-ST, visto que a carga tributária referente ao preço médio ponderado ao consumidor final dos combustíveis (PMPF) ficou congelada em praticamente todo o primeiro semestre de 2022 e, após a edição da Lei Complementar 192/2022, definida por média móvel dos últimos 60 (sessenta) meses e não por PMPF.



7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

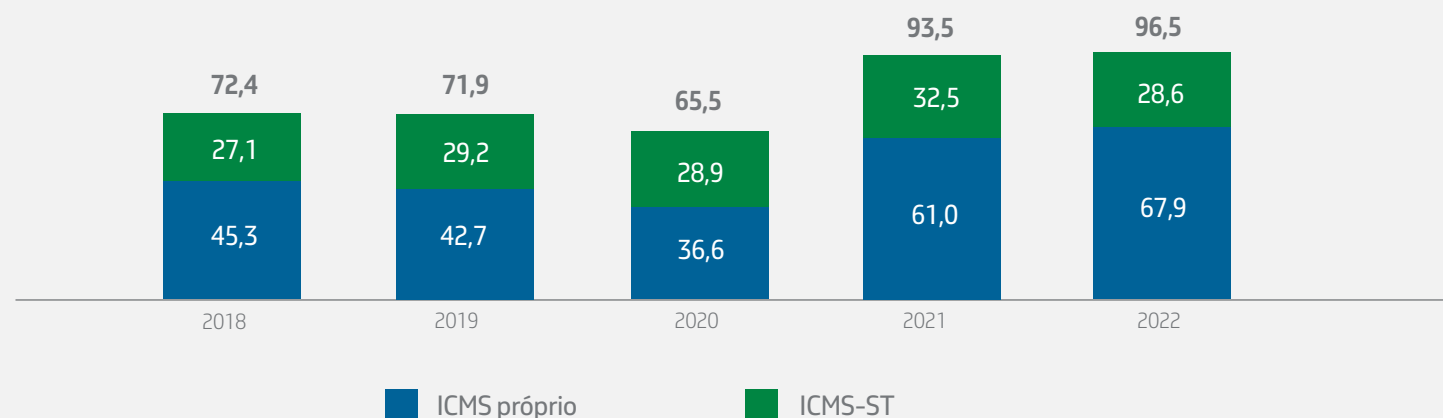
14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

Cabe mencionar que também contribuíram para o decréscimo de ICMS-ST: (a) diminuição das alíquotas de ICMS cobradas sobre os combustíveis durante o segundo semestre de 2022 e (b) ressarcimentos realizados nos termos do Convênio ICMS 206/2021 (B100) com valores relevantes, reduzindo os débitos de ICMS ST devidos às diversas Unidades da Federação. Contudo, o recolhimento total de ICMS em 2022 apresentou 3% de crescimento quando comparado com o ano anterior.

Nos últimos 5 anos, foram pagos R\$399,8 bilhões em forma de tributos às 26 Unidades Federativas mais o Distrito Federal.

COMPOSIÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS (R\$ Bilhões)



COMPOSIÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS (R\$ Bilhões)

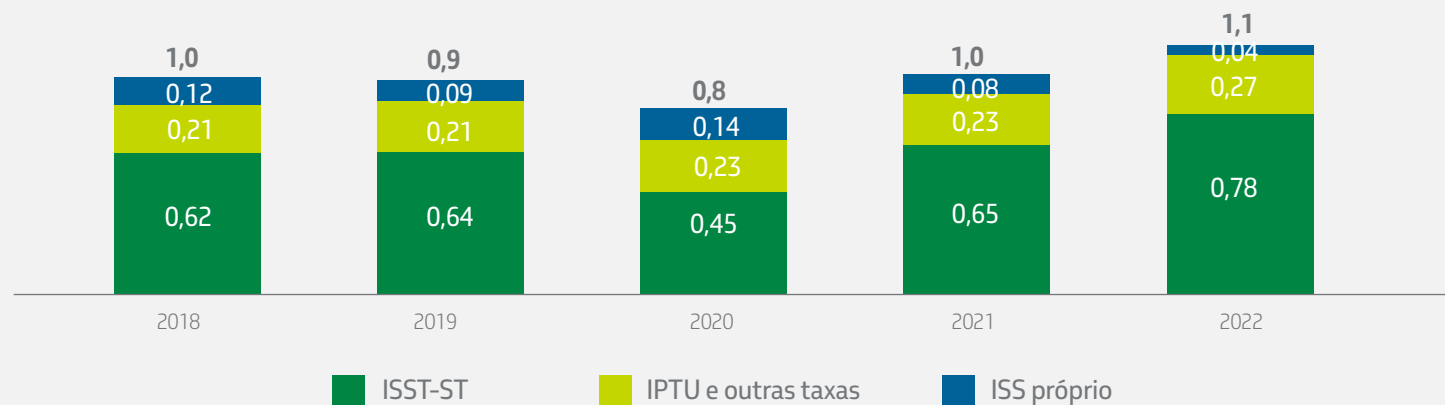
No ano de 2022, a Petrobras recolheu tributos para 277 municípios, distribuídos em 24 estados brasileiros, inclusive o Distrito Federal. Registrou-se um aumento de 13% no pagamento de tributos à esfera municipal, na comparação com o ano anterior, com destaque para o ISS-ST que superou em 20% o recolhimento de 2021 e a rubrica de IPTU, acrescida de outras taxas municipais, que superou em 17% na comparação anual.



7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

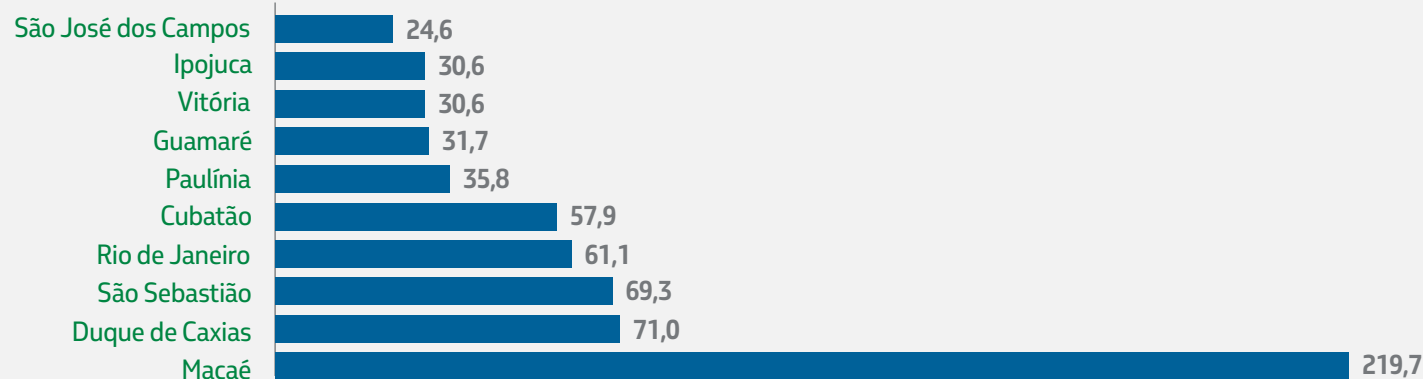
- 1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
 - 2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL
 - 3- TRIBUTOS PRÓPRIOS
 - 4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS
 - 5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO
 - 6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA
 - 7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO
 - 8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS
 - 9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR
 - 10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL
 - 11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR
 - 12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS
 - 13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA
 - 14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA
- GLOSSÁRIO

COMPOSIÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS (R\$ Bilhões)



Os 10 municípios mais beneficiados pela Petrobras com pagamento de tributos foram responsáveis por 60% da arrecadação municipal total realizada pela companhia, conforme gráfico abaixo, que demonstra os valores recolhidos no ano de 2022:

TOP 10 MUNICÍPIOS COM MAIOR ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA EM 2022 PELA COMPANHIA (R\$ Milhões)





8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECAÇÕES DE ICMS

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

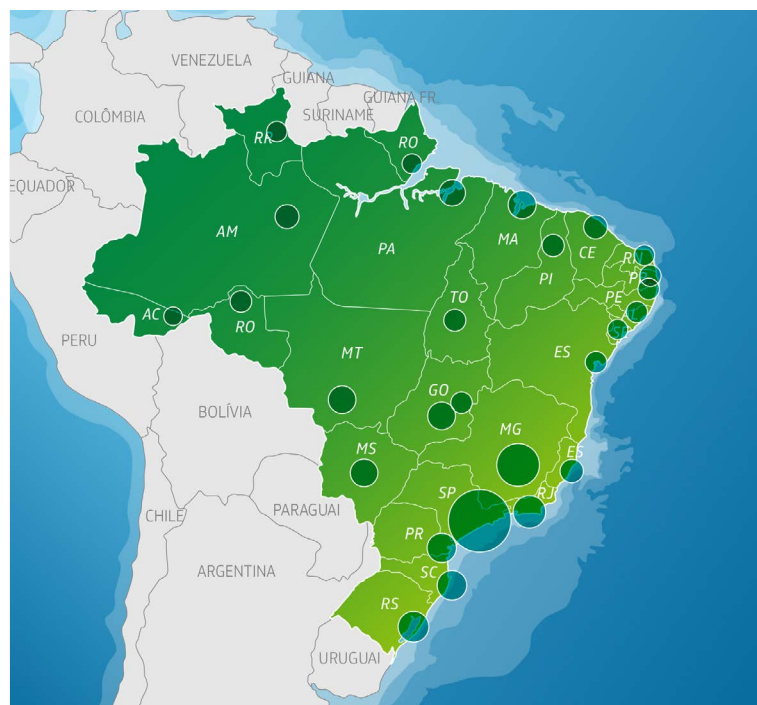
13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

Durante o ano de 2022, foi recolhido o valor de R\$ 96,5 bilhões de ICMS pela Petrobras seja na condição de tributo próprio, inerente a suas atividades comerciais, seja na condição de substituta tributária, em que há indicação legal da responsabilidade da companhia por reter o ICMS da cadeia subsequente de comercialização de combustíveis.

No quadro abaixo, é possível observar o total de ICMS recolhido pela Petrobras para cada Estado da Federação e sua contribuição percentual no total de ICMS arrecadado. Para a realização desse levantamento, foram utilizadas as informações disponibilizadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) por meio de seu Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais. Entretanto, como as informações publicadas pelo Confaz são apuradas pelo regime de competência, realizamos ajustes para coletar os números pelo regime de caixa, em alinhamento com o presente Relatório Fiscal.



ESTADO	PETROBRAS (R\$ bilhões)	PARTICIPAÇÃO
São Paulo	21,9	10,7%
Minas Gerais	11,7	16,5%
Rio de Janeiro	7,1	15,6%
Paraná	5,9	13,7%
Santa Catarina	5,5	16,3%
Rio Grande do Sul	5,4	12,3%
Maranhão	5,0	43,4%
Goiás	4,4	17,8%
Mato Grosso do Sul	4,2	27,4%
Mato Grosso	3,8	19,1%
Pará	3,6	17,9%
Espírito Santo	2,3	13,8%
Ceará	2,1	11,8%
Amazonas	1,8	12,6%
Pernambuco	1,7	7,9%
Distrito Federal	1,6	16,0%
Rondônia	1,2	20,4%
Paraíba	1,2	17,3%
Tocantins	1,1	23,7%
Bahia	1,0	3,0%
Piauí	0,9	15,9%
Rio Grande do Norte	0,8	11,6%
Alagoas	0,8	13,8%
Roraima	0,5	28,1%
Amapá	0,3	23,6%
Sergipe	0,3	6,7%
Acre	0,3	15,0%

Ainda em 2022, a Petrobras realizou ressarcimentos de ICMS ST, no valor total de R\$ 4,1 bilhões às distribuidoras, aos produtores de Biodiesel (B100) e às demais empresas devidamente autorizadas pelos estados da Federação, conforme procedimentos estabelecidos pelos Convênios ICMS 110/2007 e 206/2021.



9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

O ano de 2022 foi marcado por importantes mudanças na carga tributária dos combustíveis, com a publicação das Leis Complementares 192 e 194, que desoneraram os tributos federais sobre a gasolina, óleo diesel, o QAV e o GLP. Além disso, para fins da legislação do ICMS, os combustíveis passaram a ser considerados essenciais e indispensáveis, sendo vedada a aplicação de alíquotas do imposto superiores às alíquotas gerais (17% e 18%) de cada Unidade Federada, impactando principalmente na carga tributária da gasolina. No caso dos Estados de Alagoas, Ceará e Paraíba, há ainda incidência do acréscimo de 2% à alíquota geral de ICMS, destinados aos fundos de combate à pobreza dos estados. No Piauí, esse adicional de alíquota é de 1%.

É fundamental diferenciar os preços de venda da Petrobras para as companhias distribuidoras daqueles percebidos pelo consumidor final. O preço de venda da Petrobras nas refinarias e terminais é apenas uma parcela do preço de revenda percebido pelo consumidor nos postos revendedores. Até que o combustível chegue ao consumidor, são acrescidos tributos, custos para mistura obrigatória de etanol anidro no caso da gasolina, e biodiesel no óleo diesel; e custos e margens das companhias distribuidoras e dos revendedores. Cada parcela tem dinâmica própria de formação, sem qualquer influência da Petrobras. Historicamente, o preço final dos combustíveis é altamente influenciado pela carga tributária incidente nestes produtos.

O ICMS incide sobre “o preço cheio”, ou seja, sobre o preço cobrado do consumidor final incluindo todos os tributos, inclusive o próprio ICMS. É diferente do que ocorre com a CIDE e com o PIS e a COFINS, que são cobrados em valores fixos por volume (litros ou metro cúbico) ou quantidade (quilograma ou tonelada) vendida, independentemente do preço final da gasolina, do diesel ou do GLP.

Veja a seguir o peso dos tributos sobre o preço da gasolina, óleo diesel e GLP.

TRIBUTAÇÃO DA GASOLINA

Atendendo à legislação brasileira, a gasolina vendida nos postos é resultado da mistura de 73% da gasolina tipo “A”, e 27% de etanol anidro, biocombustível produzido a partir da cana-de-açúcar no Brasil. A mistura resultante é a gasolina tipo “C”, popularmente chamada apenas de gasolina. As companhias distribuidoras compram a gasolina A da Petrobras e de seus concorrentes, e são responsáveis pela aquisição do etanol anidro diretamente das usinas produtoras e pela mistura para obtenção do combustível vendido nos postos revendedores. Desta maneira, no preço que o consumidor paga está incluído o valor de realização da Petrobras, o custo do etanol (que é definido livremente pelos seus produtores) e os custos e as margens de comercialização das distribuidoras e dos postos revendedores, bem como todos os tributos devidos. Os tributos respondem por grande parte do preço final dos combustíveis.



9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

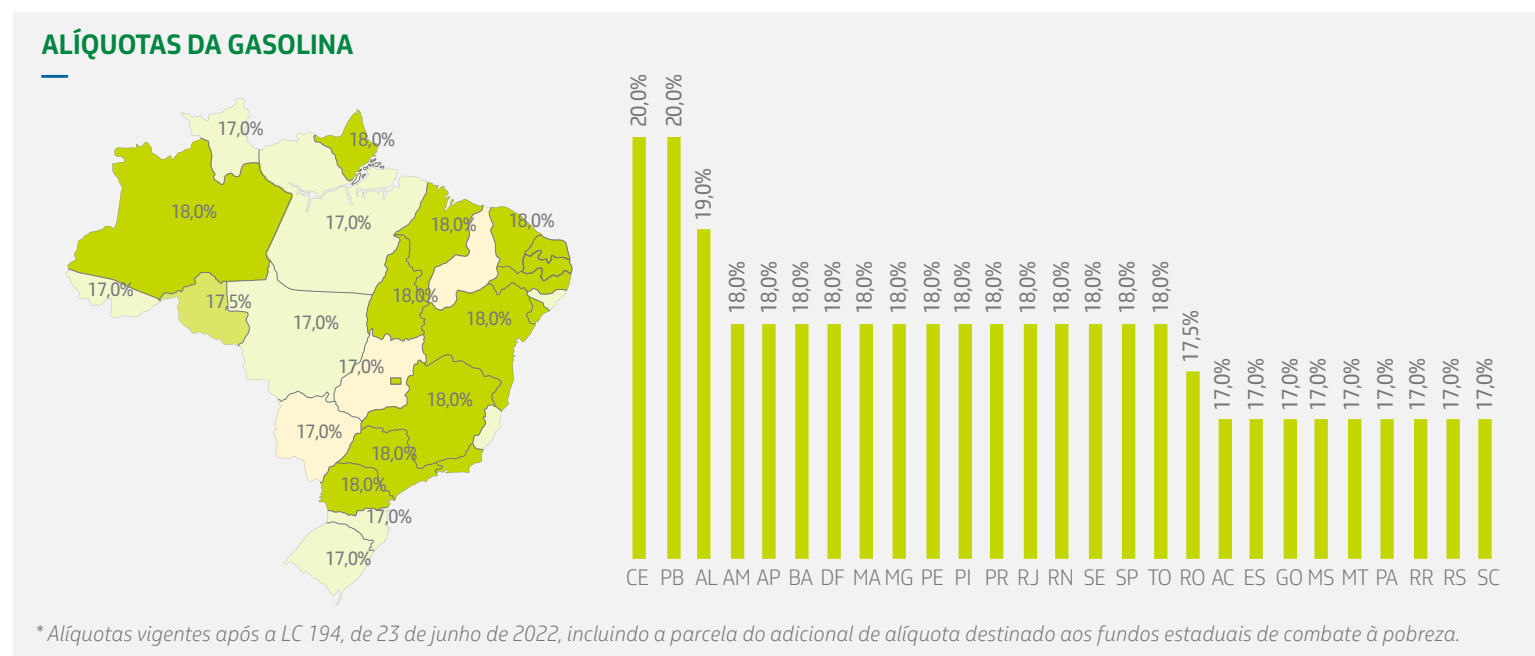
13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

Sobre a gasolina C vendida nos pontos das redes varejistas incidem os seguintes tributos:

• **ICMS Próprio** – cobrado sobre o valor de venda da gasolina A vendida pela refinaria. As alíquotas internas são definidas por Estado, conforme gráfico a seguir:



• **ICMS-ST** – cobrado sobre o valor final da gasolina C (73% de gasolina A + 27% de etanol anidro) vendida no posto da rede varejista. O cálculo considera as alíquotas de ICMS, a base de cálculo definida de acordo com a média dos preços de venda ao consumidor final e o fator de conversão volumétrica a temperatura ambiente – FCV por Estado;

• **PIS e Cofins** – cobrado sobre o volume de gasolina A vendido pela refinaria (PIS R\$ 141,10/m³ e COFINS R\$ 651,40/m³) e de etanol anidro vendido pela usina (PIS R\$ 23,38/m³ e COFINS R\$ 107,52/m³);

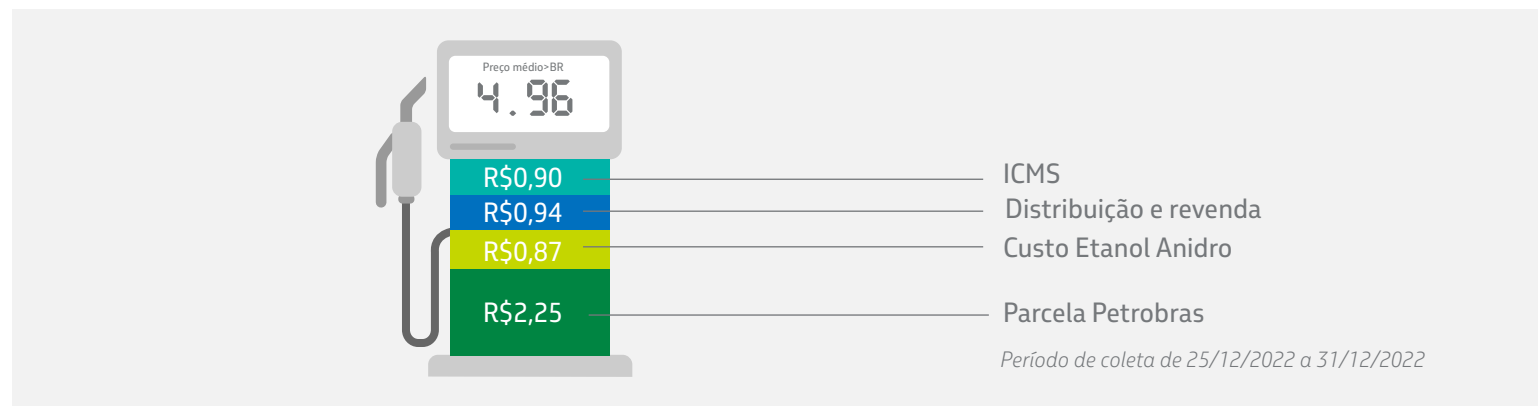
• **CIDE combustíveis** – cobrada sobre o valor da gasolina A vendida pela refinaria (R\$ 100/m³). A partir de 23/06/2022 os tributos federais PIS, COFINS e CIDE foram zerados até 28/02/2023;



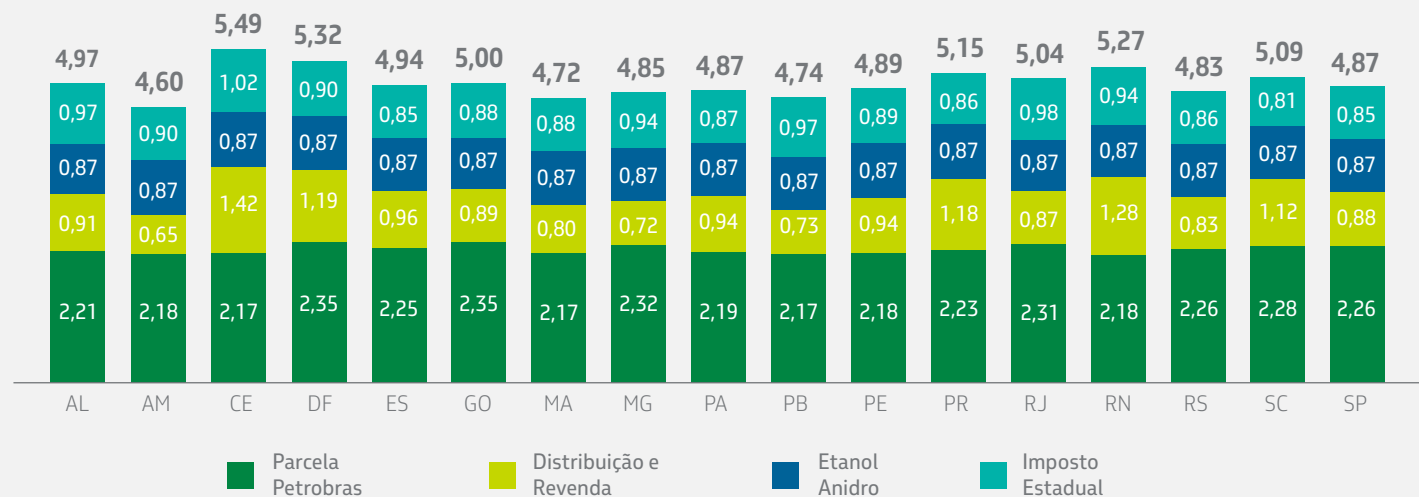
9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

- 1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
 - 2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL
 - 3- TRIBUTOS PRÓPRIOS
 - 4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS
 - 5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO
 - 6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA
 - 7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO
 - 8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS
 - 9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR
 - 10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL
 - 11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR
 - 12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS
 - 13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA
 - 14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA
- [GLOSSÁRIO](#)

O gráfico abaixo detalha os componentes da formação de preço da gasolina e evidencia a carga tributária embutida nesse combustível:



COMPOSIÇÃO DE PREÇO NOS ESTADOS EM QUE A PETROBRAS VENDE GASOLINA AOS DISTRIBUIDORES (R\$)





9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

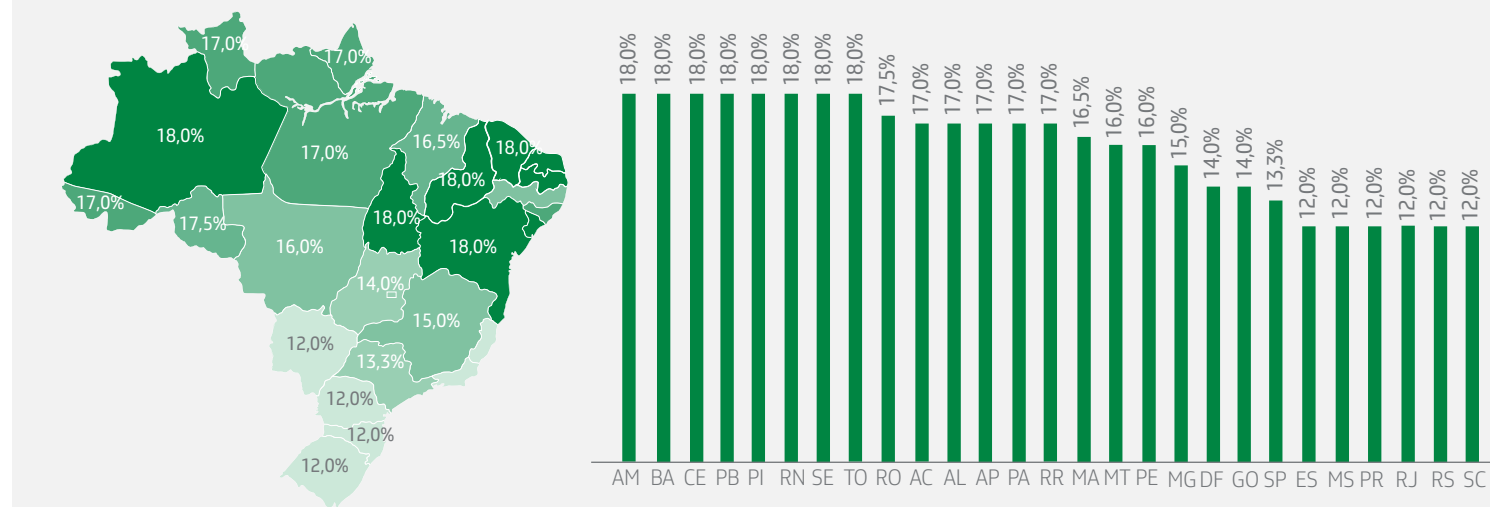
GLOSSÁRIO

TRIBUTAÇÃO DO DIESEL

Atendendo a legislação brasileira, o óleo diesel vendido nos postos varejistas é o resultado da mistura de 90% do óleo diesel tipo A, combustível fóssil resultante do refino de petróleo, e 10% de biodiesel, biocombustível produzido a partir de óleos vegetais ou gorduras animais, formando o óleo diesel tipo "B". As companhias distribuidoras compram o óleo diesel A da Petrobras e seus concorrentes, e são responsáveis pela negociação e aquisição do biodiesel diretamente das usinas produtoras, mudança implementada a partir de 2022, com o fim dos leilões organizados pela ANP. Fica também a cargo dos distribuidores a realização da referida mistura para obtenção do combustível vendido nos postos revendedores.

• **ICMS Próprio** - cobrado sobre o valor de venda do óleo diesel A, vendido pela refinaria. As alíquotas internas são definidas por Estado, conforme gráfico a seguir:

ALÍQUOTAS DO DIESEL



• **ICMS-ST** – cobrado sobre o valor final do óleo diesel B vendido no posto da rede varejista. O cálculo considera as alíquotas de ICMS, a base de cálculo definida de acordo com a média dos preços de venda ao consumidor final e o FCV por Estado;



9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

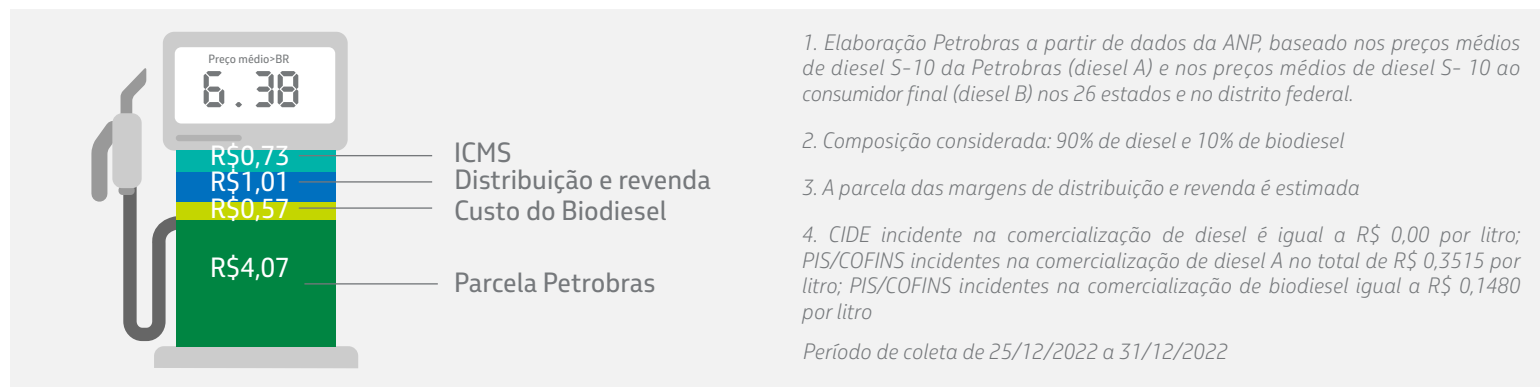
GLOSSÁRIO

• **PIS e Cofins** – cobrado sobre o volume de óleo diesel A vendido pela refinaria (PIS R\$ 62,61/m³ e COFINS R\$ 288,89/m³) e de biodiesel vendido pela usina (PIS R\$ 26,41/m³ e COFINS R\$ 121,59/m³);

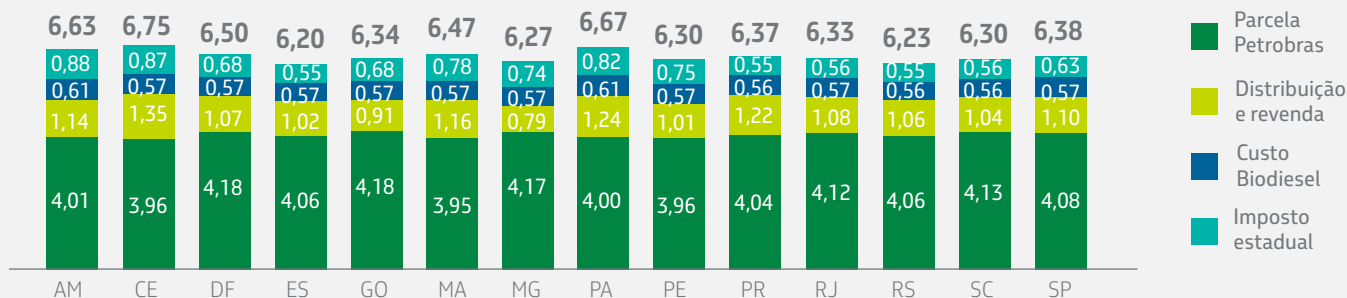
A partir de 11/03/2022 os tributos federais PIS e COFINS foram zerados até 31/12/2023;

• **CIDE Combustíveis** – está zerada desde 30/05/2018.

O gráfico abaixo detalha os componentes da formação de preço do diesel e evidencia a carga tributária embutida nesse combustível:



COMPOSIÇÃO DE PREÇO NOS ESTADOS EM QUE A PETROBRAS VENDE DIESEL AOS DISTRIBUIDORES (R\$)





9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

- 1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
- 2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL
- 3- TRIBUTOS PRÓPRIOS
- 4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS
- 5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO
- 6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA
- 7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO
- 8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS
- 9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR
- 10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL
- 11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR
- 12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS
- 13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA
- 14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

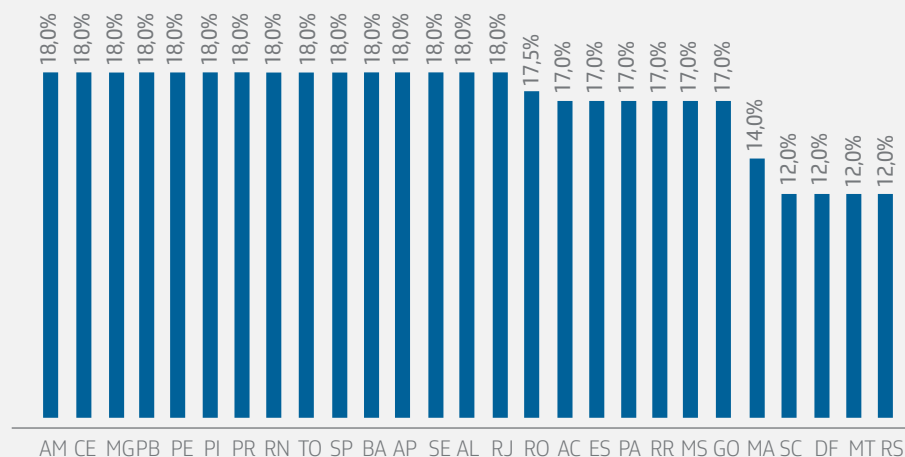
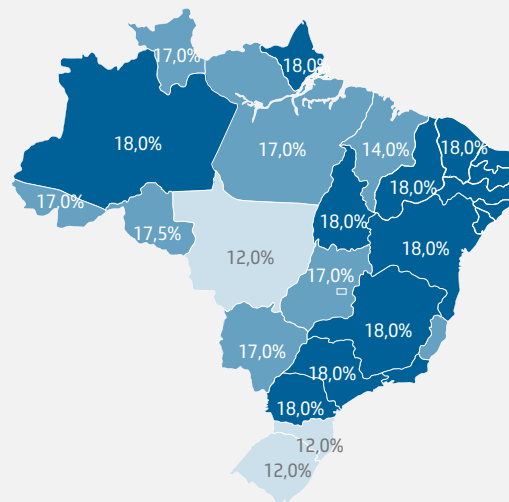
TRIBUTAÇÃO DO GLP

O gás liquefeito de petróleo, mais conhecido como GLP ou gás de cozinha, adquirido pelas distribuidoras, pode ser revendido para o segmento industrial (geralmente a granel, utilizando caminhões tanque) ou para clientes dos segmentos comercial, residencial e institucional (a granel ou engarrafado em cilindros ou botijões). No preço do botijão pago pelos consumidores nos pontos de venda também estão incluídos os custos e as margens de comercialização das distribuidoras e dos pontos de venda.

Sobre o GLP vendido nos pontos das redes varejistas incidem os seguintes tributos:

• **ICMS Próprio** - cobrado sobre o valor de venda do GLP vendido pela refinaria. As alíquotas são definidas por Estado, conforme gráfico a seguir:

ALÍQUOTAS DO GLP



* Incluindo a parcela do adicional de alíquota destinado aos fundos estaduais de combate à pobreza do RJ (2%) e AL (1%).

• **ICMS-ST** – cobrado sobre o valor final do GLP vendido nas distribuidoras varejistas. O cálculo considera as alíquotas de ICMS e a base de cálculo definida de acordo com a média dos preços de venda ao consumidor final;



9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

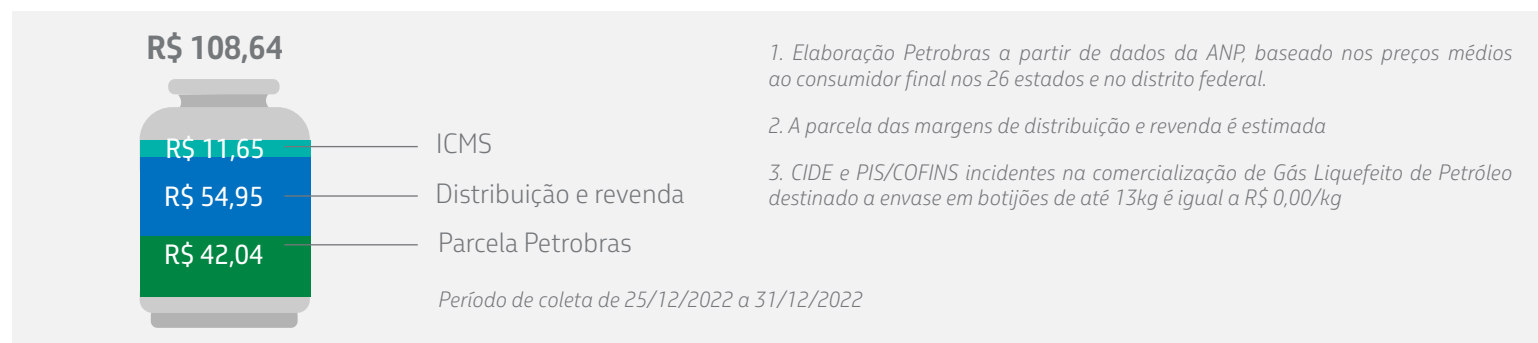
GLOSSÁRIO

· **PIS e Cofins** – está zerada a alíquota desde março de 2021 para o GLP destinado ao uso doméstico e envasado em recipientes de até treze quilogramas. O GLP vendido para outro uso será tributado pela refinaria nas alíquotas de R\$ 29,85/t de PIS e R\$ 137,85/t de COFINS;

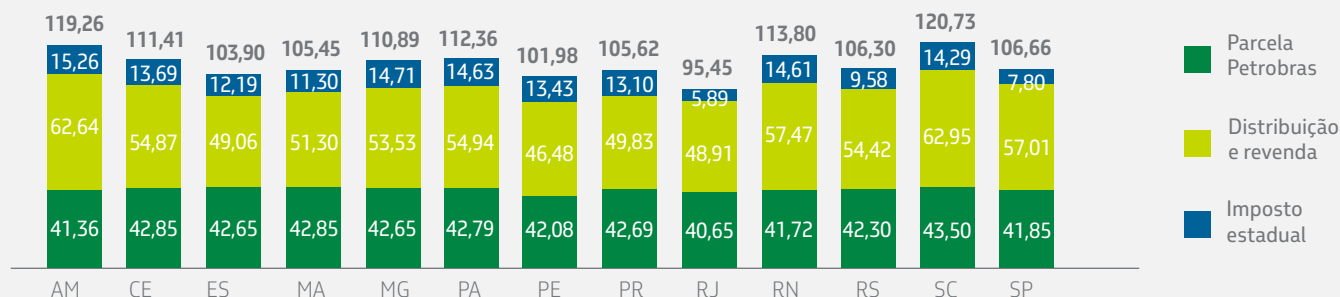
Os tributos federais PIS e COFINS foram zerados até 31/12/2023;

· **CIDE Combustíveis** – está zerada a alíquota de CIDE desde 2004.

O gráfico abaixo detalha os três componentes do preço e carga tributária do gás liquefeito de petróleo destinado a uso doméstico e envasado em recipientes até 13Kg.



COMPOSIÇÃO DE PREÇO NOS ESTADOS EM QUE A PETROBRAS VENDE GLP AOS DISTRIBUIDORES (R\$)





10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

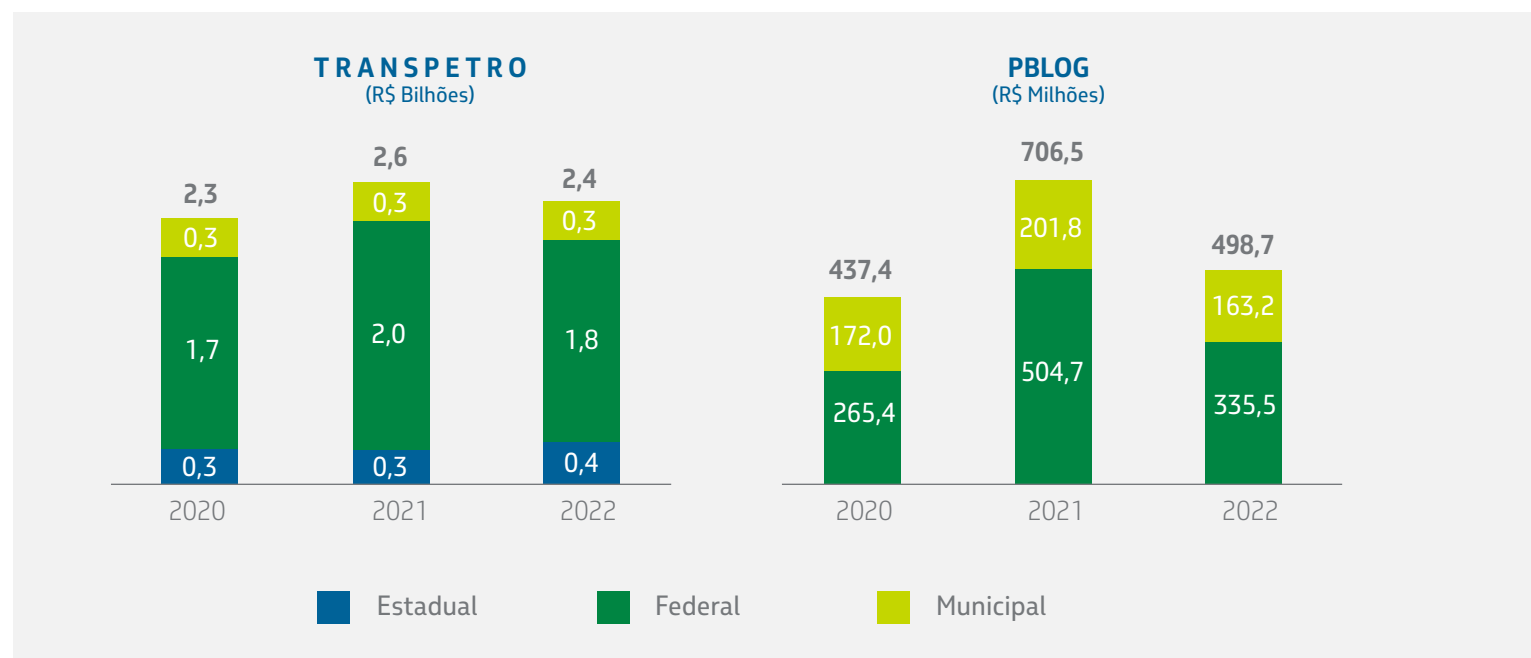
12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

As empresas controladas pela Petrobras arrecadaram o montante de R\$ 3,2 bilhões ao longo do exercício de 2022 com destaque para Petrobras Transporte S.A (Transpetro) e Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A (PB-LOG) que recolheram, respectivamente, R\$ 2,4 bilhões e R\$ 498,7 milhões, com a seguinte composição por esfera:





11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

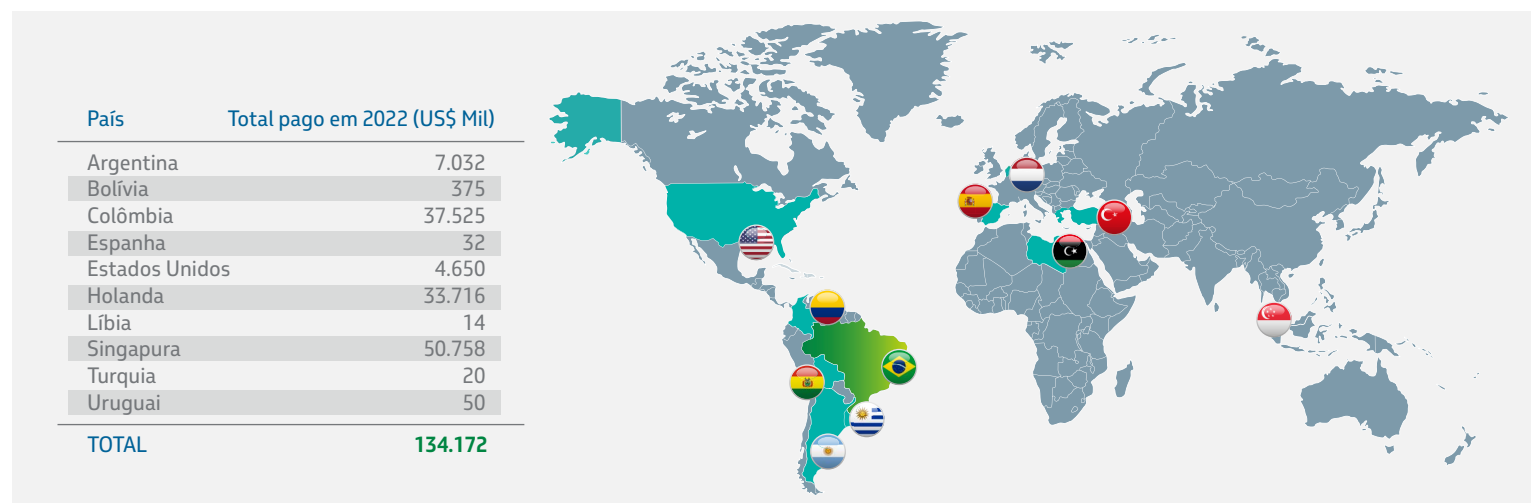
12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

A Petrobras recolheu US\$ 134.2 milhões durante o ano de 2022, em virtude da sua atuação na área internacional. A companhia manteve 38 empresas constituídas (30 controladas, 8 operações em conjunto), as quais têm atuação em 16 países, em diferentes segmentos de negócios: Exploração, Desenvolvimento de Produção e Produção (de petróleo/gás e, produtos correlatos); Comercialização Transporte e Distribuição (de petróleo/gás e derivados); Aluguel/Afretamento (de plataformas de produção, estocagem e perfuração, bem como de máquinas e equipamentos); Captação (de recursos no mercado externo) e Financiamento (dentro do grupo Petrobras). Foram recolhidos tributos oriundos das nossas atividades para 10 países, conforme quadro a seguir:



A Petrobras está reduzindo sua presença no exterior, em especial em locais considerados com tributação favorecida. Destaca-se ainda que, recentemente, foi aprovada a Política Tributária da Petrobras, que tem como diretriz o cumprimento da legislação tributária do Brasil e dos países onde atua, definindo a estratégia da companhia com base na interpretação técnica das normas, padrões e processos, alinhados com o Propósito Negocial e com a Gestão de Risco Tributário.

A Petrobras assume o compromisso de não possuir participações societárias em jurisdições reconhecidas como de tributação favorecida, bem como observar as regras de Preço de Transferência previstas no Brasil e nos países em que atua, em relação a todas as transações com partes relacionadas, ou não relacionadas, quando assim exigido pela Lei.

Jurisdição com tributação favorecida, também conhecidas como paraísos fiscais, são as listadas no artigo 1º, da IN RFB 1.037/2010. A única participação societária da Petrobras em jurisdição com tributação favorecida é a Brasoil, atualmente sem atividade operacional e cuja liquidação está em andamento, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 21/12/2022.



12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

A gestão tributária da Petrobras possui como princípio fundamental assegurar que todos tributos e participações governamentais sejam escriturados, calculados e pagos, aderindo integralmente às legislações em vigor no Brasil e nos países onde atuamos. Conduzir a gestão tributária pautada na ética, integridade, transparência, eficiência e responsabilidade social é premissa basilar de nossa política tributária.

Por ser o maior contribuinte do Brasil, a Petrobras está exposta, em grau elevado, a toda complexidade do sistema tributário nacional. Somos submetidos à fiscalização constante, por todos os níveis de governo, que impõe uma forte e rotineira auditoria fiscal de acompanhamento, por meio de delegacias especializadas para relacionamento com grandes contribuintes, devido a nossa representatividade na arrecadação de tributos no país.

A Petrobras mantém um bom relacionamento com os entes governamentais e demais públicos de interesse, com base no respeito mútuo, cooperação, integridade, transparência, confiança e com irrestrita observância ao Código de Conduta Ética da Companhia. Adotamos posições tributárias sustentáveis, baseadas em análises técnicas, em conformidade com a legislação aplicável e as melhores práticas de mercado. As certificações e parcerias junto aos órgãos de controle, como com a Receita federal do

Brasil, é reflexo da confiança depositada em nossos controles, processos e corpo técnico.

Para operacionalizarmos a apuração e recolhimento de todos os tributos, próprios e de terceiros, da forma mais eficiente possível, a Companhia possui processos tributários robustos. Contamos com um corpo técnico capacitado para o enfrentamento dos desafios diários e com uma sólida base tecnológica, fortalecida ainda mais pela transformação digital verificada na organização.

Para auxiliar nosso time de analistas, desenvolvemos internamente ferramenta de Inteligência Artificial, que auxilia os profissionais na tomada de decisão a respeito das classificações de novas legislações. Nos últimos 12 meses foram analisados cerca de 12.156 novos atos legais, sendo 3.457 com impacto nas operações da Petrobras e de suas Participações Societárias. A Inteligência Artificial, com base nas legislações publicadas, verifica previamente o grau de probabilidade da nova legislação se aplicar à Petrobras e faz uma sugestão de classificação quanto ao impacto, permitindo ao analista tomar uma decisão embasada com mais agilidade e segurança.

Gerir os Riscos Tributários por meio de deliberações conforme limite de competência estabelecido para cada nível hierárquico, visando ao alinhamento entre o risco assumido e a execução das estratégias da Petrobras,

à garantia da conformidade e à redução da exposição da Companhia, em alinhamento à Política de Gestão de Riscos Empresariais, é diretriz da nossa política tributária, aprovada pelo nosso conselho de administração.

Atuamos em complexos e litigiosos segmentos de mercado, que envolvem exploração, produção, importação e refino de petróleo, além da comercialização de produtos em todo território nacional, com a apuração e recolhimento de tributos próprios e retidos de terceiros. Diante das diversas normas tributárias que por vezes podem gerar incertezas jurídicas, possuímos um minucioso acompanhamento do nosso contencioso tributário, haja vista a necessidade de ingresso em disputas judiciais na busca da melhor interpretação legal aplicada para cada caso concreto.

Cientes da relevância que o contencioso tributário possui, a Petrobras cumpre seu dever de ser transparente perante seus investidores e sociedade em geral, ao reportar as informações, de forma detalhada, em suas demonstrações financeiras, com destaque para as notas explicativas 16 e 18, bem como nos demais reportes endereçados aos investidores e públicos de interesse, como o formulário 20-F (SEC) e o Formulário de Referência (CVM).



12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

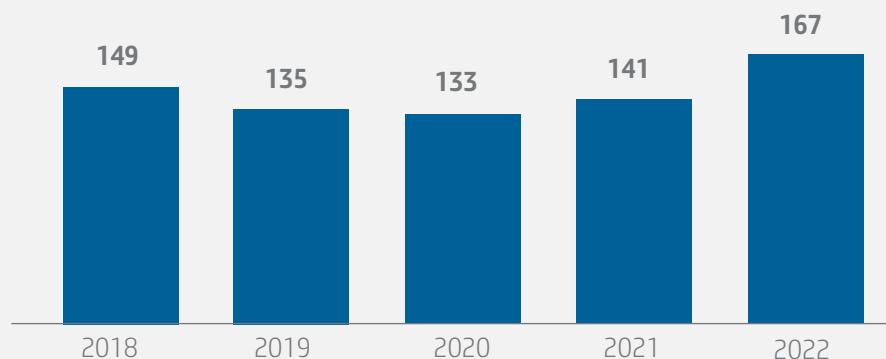
12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO TOTAL (R\$Bilhões)



A Petrobras divulga diversas informações a respeito de seu contencioso tributário não apenas por meio dos formulários obrigatórios anteriormente mencionados, mas também por meio da publicação tempestiva de comunicados ao mercado quando da ocorrência de fato que implique alteração significativa de uma posição em relação às controvérsias tributárias. Exemplificando nossa transparência e tempestividade de informações, fazemos referência aos fatos relevantes publicados no site de R.I (<https://www.investidorpetrobras.com.br>).

Cabe destacar que, a partir deste relatório fiscal, estamos divulgando o valor total do contencioso tributário e de participações

governamentais da Companhia nos processos judiciais, administrativos e arbitrais, cuja expectativa de perda seja considerada possível ou provável. Os valores aqui já estão contabilizados com seus respectivos encargos financeiros, devidamente atualizados. No relatório fiscal de 2021, não englobávamos na apresentação as causas cíveis oriundas de Participações Governamentais (PGOV).

A Petrobras efetua também depósitos judiciais, em especial para suspender a exigibilidade do débito de natureza tributária, o que permite ao contribuinte a manutenção de sua regularidade fiscal enquanto se discute matéria em litígio. A regularidade fiscal é condição essencial para emissão de

certidões negativas, necessárias para diversos processos em que estamos inseridos.

O saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 relacionado à matéria tributária e de PGOV totaliza R\$ 49,5 bilhões.



13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO

Pautamos nossa atuação pelo respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente. Nossa política de responsabilidade social prevê o apoio a projetos sociais e ambientais, contribuindo para as comunidades onde atuamos e, de forma ampliada, para a sociedade em geral, em alinhamento aos objetivos do negócio e colaborando para a conservação do ambiente e a melhoria das condições de vida. Nas nossas atividades, buscamos atuar com responsabilidade social, incentivando o comportamento ético e transparente, a partir de códigos de conduta e do apoio a princípios como o Pacto Global da ONU.

Nossas atividades de segurança, meio ambiente e saúde (SMS) são orientadas por uma política que contempla princípios e diretrizes, que orientam e apoiam o processo decisório e o comportamento de toda força de trabalho. As nossas ambições de zero fatalidade e de zero vazamento, metas e compromissos de sustentabilidade, incluindo requisitos de mudança do clima, estão integrados à estratégia e aos processos decisórios da companhia.

Apoiamos iniciativas em prol de causas que contribuam para o desenvolvimento da sociedade e ampliem nossa atuação junto a comunidades, instituições do terceiro setor, poder público, universidades e outros públicos de interesse. Patrocinamos projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos,

selecionados em todas as regiões do país. As iniciativas contribuem para o desenvolvimento local, regional e nacional, gerando renda, promovendo a proteção ambiental, fortalecendo a cadeia produtiva da cultura e ampliando o acesso a práticas esportivas.

No ano de 2022, além dos relevantes valores pagos em tributos e das distribuições de dividendos, foram doados R\$ 272 milhões às pessoas necessitadas, sendo R\$ 263 milhões em energia e alimentação a famílias em situação de vulnerabilidade social, com GLP, cestas básicas e doação financeira para auxílio alimentação e R\$ 9 milhões destinados a situações emergenciais, ocasionada ou agravada pelas enchentes nos estados da Bahia e de Minas Gerais e nos municípios de Petrópolis (RJ) e Recife (PE).

A crise sem precedentes enfrentada nos últimos dois anos levou diversas famílias à situação de vulnerabilidade social, exigindo das empresas uma postura de maior comprometimento no que se refere a um apoio imediato aos territórios necessitados. Atentos a isso, ampliamos a nossa atuação em responsabilidade social com ações emergenciais em prol das famílias que mais precisam. Ao contribuir com o acesso ao GLP por famílias em situação de vulnerabilidade social, estamos contribuindo com a redução do uso de produtos inadequados na cocção

dos alimentos que podem causar danos à saúde e segurança das pessoas.

Entre 2021 e 2022, a iniciativa de doação de gás de cozinha da Petrobras beneficiou aproximadamente 600 mil famílias em diversos municípios de todos os estados brasileiros, com o apoio de 85 instituições parceiras. Além disso, com esta ação, foram distribuídas 1 milhão de refeições para a população em situação de insegurança alimentar e em situação de rua.

R\$272 milhões
doados em 2022

R\$263 milhões
em energia e alimentos

+

R\$9 milhões
em situações de
calamidade pública



14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

- 1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
 - 2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL
 - 3- TRIBUTOS PRÓPRIOS
 - 4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS
 - 5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO
 - 6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA
 - 7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO
 - 8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS ARRECADAÇÕES DE ICMS
 - 9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR
 - 10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL
 - 11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR
 - 12- CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS TRIBUTÁRIOS
 - 13- COMPROMISSO SOCIAL E RESPONSABILIDADE COM A VIDA
 - 14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA
- GLOSSÁRIO

PRINCÍPIOS

Assegurar que a gestão tributária, que abrange os tributos e as participações governamentais, esteja aderente à legislação em vigor, no Brasil e nos países onde atuamos.

Conduzimos a gestão tributária pautados na ética, integridade, transparência, eficiência e responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Brasil e dos países onde atuamos.

DIRETRIZES

1- GOVERNANÇA TRIBUTÁRIA

Cumprir a legislação tributária do Brasil e dos países onde atuamos, definindo nossa estratégia com base na interpretação técnica das normas, padrões e processos, alinhados com o Propósito Negocial e com a Gestão de Risco Tributário.

Ter o compromisso de não possuir participações societárias em jurisdições reconhecidas como de tributação favorecida, bem como observamos as regras de Preço de Transferência previstas no Brasil e nos países em que atuamos, em relação a todas as transações com partes relacionadas, ou não relacionadas, quando assim exigido pela Lei.

2- GESTÃO DE RISCO TRIBUTÁRIO

Gerir os Riscos Tributários por meio de deliberações conforme limite de competência

estabelecido para cada nível hierárquico, visando ao alinhamento entre o apetite ao risco e a execução das estratégias da Petrobras, à garantia da conformidade e à redução da exposição da Companhia, em alinhamento à Política de Gestão de Riscos Empresariais.

3- RELACIONAMENTO COM AUTORIDADES FISCAIS

Realizar o relacionamento com as autoridades fiscais e demais públicos de interesse com base no respeito mútuo, cooperação, integridade, transparência, confiança e com irrestrita observância ao Código de Conduta Ética da Petrobras.

4- TRANSPARÊNCIA

Fornecer informações detalhadas sobre a posição tributária da companhia aos nossos investidores, colaboradores e demais públicos de interesse, por meio das Demonstrações Financeiras, do Relatório de Sustentabilidade e deste Relatório Fiscal.



GLOSSÁRIO

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO



COFINS

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. É um tributo cobrado pela União sobre o faturamento bruto das pessoas jurídicas, destinado a atender programas sociais do governo federal.



CONTRIBUINTE

É o sujeito passivo de uma obrigação tributária. Toda pessoa física ou jurídica que paga tributo (sentido genérico) aos cofres públicos, quer seja da União, dos estados, dos municípios e/ou do Distrito Federal.



CSLL

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. É outro tributo federal sobre o lucro líquido das empresas ou sobre o faturamento/receita bruta (caso das empresas tributadas sobre o lucro presumido) das pessoas jurídicas.



ICMS

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. É um imposto estadual não cumulativo.



IMPOSTO

É um tributo pago, compulsoriamente, pelas pessoas físicas e jurídicas para atender parte das necessidades de Receita Tributária do Poder Público, de modo a assegurar o funcionamento de sua burocracia, o atendimento social à população e aos investimentos em obras essenciais.



INCENTIVOS FISCAIS (BENEFÍCIOS FISCAIS)

Redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus tributário oriundo de lei ou norma específica.



IRPJ

Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. É um tributo federal incidente sobre o resultado.



ISS

Imposto Sobre Serviços. Tributo municipal que incide sobre a prestação, por pessoas físicas e jurídicas, de serviços listados sujeitos ao imposto.



PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

Compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural no caso de campos com grande volume de produção.



PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA PETROBRAS

Empresas subsidiárias integrais, controladas, controladas em conjunto e coligadas da Petrobras.



PIS/PASEP

Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público.



PREÇO DE TRANSFERÊNCIA

É a referência adotada, para fins de cálculo dos tributos sobre a renda ou lucro, com o objetivo de aferir se o valor a ser praticado em operações ou transações realizadas entre partes relacionadas, sediadas em diferentes jurisdições tributárias, está em conformidade com os preços que seriam estabelecidos entre partes não relacionadas em transações comparáveis.



GLOSSÁRIO

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2- TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES
GOVERNAMENTAIS PAGOS NO BRASIL

3- TRIBUTOS PRÓPRIOS

4- TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS

5- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM
DIFERENTES REGIMES REGULATÓRIO

6- PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS PAGA

7- TRIBUTOS POR ESFERA DE GOVERNO

8- RELEVÂNCIA DA PETROBRAS NAS
ARRECADAÇÕES DE ICMS

9- TRANSPARÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DE
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AO CONSUMIDOR

10- TRIBUTOS PAGOS POR EMPRESAS
CONTROLADAS PELA PETROBRAS NO BRASIL

11- TRIBUTOS PAGOS NO EXTERIOR

12- CONFORMIDADE E GESTÃO
DE RISCOS TRIBUTÁRIOS

13- COMPROMISSO SOCIAL
E RESPONSABILIDADE COM A VIDA

14- POLÍTICA TRIBUTÁRIA

GLOSSÁRIO



PROPÓSITO NEGOCIAL

Motivação econômica que justifique a realização de uma operação que não seja a própria economia tributária.



RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

É a obrigação legal de pagar o tributo, ou a penalidade pecuniária, assumida pelo sujeito passivo da relação jurídico-tributária não diretamente beneficiado pelo ato praticado perante o fisco.



RISCO TRIBUTÁRIO

Risco tributário e de participações governamentais relativo a eventos já ocorridos, ou por ocorrer, que poderão ou não ser objeto de autuação fiscal.



SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

É um mecanismo de arrecadação de tributos utilizado pelos governos federais e estaduais. O substituto tributário é o terceiro que a lei obriga a apurar o montante devido e cumprir a obrigação de pagamento do tributo “em lugar” do contribuinte.



TAXA

É o tributo cobrado pelo Poder Público a título de indenização pela produção e pelo oferecimento “de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição”.



TRIBUTO

Prestação pecuniária compulsória em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.



TRIBUTO PRÓPRIO

Tributos incidentes sobre as operações da Petrobras.



TRIBUTO RETIDO DE TERCEIROS

Tributos retidos dos fornecedores e empregados da Petrobras e repassados aos cofres públicos municipais, estaduais ou federais por imposição legal. Os valores cobrados dos clientes a título de substituição tributária incluem-se aí.

RELATÓRIO FISCAL 2022